

O grau de divulgação de informação nos websites das IPSS

Pedro Pardal (pedro.pardal@esce.ips.pt), Francisco Carreira (francisco.carreira@esce.ips.pt) e Paulo Alexandre (paulo.alexandre@esce.ips.pt), Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais

RESUMO

O terceiro setor, onde se enquadram as IPSS, tem vindo nas últimas décadas a crescer em dimensão e peso na economia portuguesa.

A *accountability* destas entidades, tem estado sob forte escrutínio da sociedade onde se inserem e vão para além das obrigações legais.

Esta investigação, ainda que exploratória e de âmbito limitado - apenas as IPSS do concelho de Setúbal - tem como objetivo analisar como as IPSS utilizam a *internet* para se darem a conhecer e divulgar informação.

Deste modo, propomos um índice para avaliar o nível da informação prestada através dos *websites* dessas Instituições, o que nos permitiu constatar que existem um grande espaço de progressão na divulgação de informação financeira e não financeira (em cinco perspetivas: institucional, atividades ou projetos, prestação de contas, navegabilidade e acessibilidade), de modo a alcançarem no global, uma posição razoável de transparência na difusão da informação perante todos os *stakeholders*.

Palavras-Chave: Terceiro setor, IPSS, transparência, grau de divulgação, *website*

Key words: Third sector, Private Social Solidarity Institutions, *accountability*, degree of disclosure, *website*

O grau de divulgação de informação nos websites das IPSS

INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação consiste em: analisar em que medida e como é que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) utilizam a *internet* para dar a conhecer a Instituição e divulgar a informação financeira e a informação não financeira, e propor um índice que permita avaliar o grau de divulgação da informação disponibilizada nas *páginas web* dessas Instituições.

O estudo está estruturado em duas partes: a primeira corresponde à revisão de literatura (composta por quatro capítulos – enquadramento das IPSS, prestação de contas e transparência, websites como meio de difusão de informação e avaliação da informação nos *websites*) e a segunda é relativa ao trabalho de campo ou estudo empírico (com três capítulos - identificação da população, metodologia e apresentação e discussão dos resultados).

Concluímos que se assiste a um baixo grau de divulgação de informação por parte das IPSS de Setúbal, não atribuindo estas a devida relevância ao papel que os *websites* podem desempenhar na difusão da imagem, da transparência e rigor.

1 – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 - Enquadramento das IPSS

O terceiro setor compreende o conjunto de entidades de cariz não lucrativo, podendo-se afirmar que estas se situam num ponto intermédio, entre o setor público e o setor privado de natureza empresarial.

O Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de junho, define Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), como as entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, e assumem a forma de associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo.

Marques et al. (2015) referem que as ESNL são bastante diversificadas entre si e organizadas em diferentes formas jurídicas tendo, contudo, como aspeto comum, o desenvolvimento e atividades que prosseguem o bem-estar social.

O mesmo Decreto descreve três características que distinguem as ESNL das entidades com finalidades lucrativas, que residem sobre:

- O financiamento - pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas e, em caso algum, os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;
- As finalidades de interesse geral transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito «benefício»;
- A ausência de títulos de propriedade ou controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação.

Acresce que estas entidades contam, com frequência, com o trabalho de voluntários, sem que, por esse facto, surja qualquer relação laboral entre eles e a entidade. São exemplos de ESNL, as Associações, as Fundações, as Cooperativas ou as Misericórdias. A maioria destas entidades enquadram-se legalmente nas designadas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

De acordo com o ponto 1 do art.º 1º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro - Estatutos das IPSS (replicado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro), estas correspondem a “pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de

justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”.

Refere, ainda o nº2, que “a atuação das instituições se pauta pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, bem como pelo regime previsto no presente Estatuto”.

Já no art.º 1ªA dos Estatutos, é mencionado que “os objetivos referidos no artigo anterior se concretizam mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades”, como são exemplos os seguintes domínios: (i) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; (ii) Apoio à família, pessoas idosas, pessoas com deficiência e incapacidade; (iii) Apoio à integração social e comunitária, entre outras respostas sociais.

Tal como é referido no preâmbulo do Decreto-Lei nº172-A/2014, o setor das IPSS tem crescido, exponencialmente, nas últimas décadas alavancando a sua importância social e económica junto das comunidades em que as instituições desenvolvem as suas atividades.

Estas entidades, funcionam como um importante complemento ao papel do Estado, sendo de extrema importância para o garante de uma maior coesão social. O preâmbulo do mencionado Decreto-Lei refere que o setor possuía uma dimensão bastante relevante, sendo composto por 55 mil organizações, que empregava cerca de 227 mil pessoas (5,5% do emprego remunerado) e representava, aproximadamente, 2,8% do Valor Acrescentado Bruto.

As IPSS dependem em grande parte de apoios Estatais, quer atribuídos pela Segurança Social, através de protocolos de cooperação, quer através de benefícios fiscais. Estas entidades podem dispor de receitas próprias, como as receitas das comparticipações dos utentes e os apoios financeiros concedidos por outras entidades (Correia, 2011), dos quais são exemplos mais relevantes, os donativos e quotizações.

Basri e Siti-Nabiha (2010) defendem que, as ESNL operam na sociedade, numa base de confiança pública, no âmbito do desenvolvimento de atividades de cariz social, pelo que devem ser escrutinadas e prestar contas pelos recursos que recebem.

1.2 - A Prestação de Contas e a Transparência

O Decreto Lei nº 98/2015, de 2 de junho, estabelece a versão atual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que contempla as regras contabilísticas aplicáveis às ESNL, que decorre da disseminação destas entidades, atendendo ao papel que desempenham na economia, o que justificam que se reforcem as exigências de transparência, relativamente, às atividades que realizam e aos recursos que utilizam.

Esta preocupação enquadra-se na *accountability* das ESNL, que se acentuou nos últimos anos e decorre de um conjunto de escândalos financeiros. Desta forma, e em virtude da natureza das suas receitas e atividades, estas organizações sentem cada vez mais a pressão do escrutínio público e da necessidade de prestarem contas.

No entanto, o incentivo a prestar informação pode não decorrer, apenas, de questões de transparência e obrigatoriedade legais. Basri e Siti-Nabiha (2010), referem que face ao elevado número de ESNL, hoje em dia, estas funcionam, por um lado, como verdadeiros competidores por recursos financeiros (como por exemplo a obtenção de donativos) e, por outro lado, entidades que não estejam dispostas a prestar contas sobre o uso dos recursos obtidos, podem correr o risco de perderem o apoio dos respetivos doadores.

Segundo Behn *et al.* (2007), a capacidade de outras entidades ou indivíduos externos à organização acederem a informação relevante sobre o desempenho das atividades de uma ESNL e do seu desempenho financeiro é de grande importância para uma eficiente aplicação de capital e potenciais decisões de atribuição de donativos.

Assim, quer seja pela obrigatoriedade legal, quer seja pela relação de interesse com os diferentes *stakeholders*, as ESNL recebem pressões e incentivos à divulgação de informação para

divulgarem o seu desempenho financeiro e as suas atividades. A informação não financeira assume-se, igualmente, como de grande importância na *accountability* destas entidades.

Diversos estudos, nomeadamente, Behn *et al.* (2010) ou Saxton *et al.* (2012) abordam os determinantes que pode conduzem as ESNL a uma maior divulgação e transparência.

A nova redação do art.º 14º-A, faz referência no ponto 1, que as contas das IPSS obedecem ao Regime Normalização Contabilística para as ESNL.

O enquadramento contabilístico atual das ESNL, baseia-se no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), alterado pelo já referido Decreto-Lei nº 98/2015. Este diploma consolida num só documento as regras contabilísticas para as entidades no âmbito do SNC, revogando Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o qual tinha sido criado para estabelecer o novo regime de contabilidade das ESNL, em harmonização com o SNC criado pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

O art.º 11º desse Decreto-Lei, define as demonstrações financeiras que compõem a prestação de contas das ESNL: Balanço; Demonstração dos resultados por naturezas; Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais (por opção ou por exigência de entidades públicas financiadoras); Demonstração dos fluxos de caixa; Anexo; e Demonstração dos resultados por funções (facultativa).

De referir, ainda, que segundo o nº2 do art.º 10º, ficam dispensadas da aplicação do SNC, as ESNL cujo volume de negócios líquido não exceda € 150.000 em nenhum dos dois períodos anteriores, sendo que caso não optem pela sua aplicação ficam obrigadas à prestação de contas em regime de caixa, devendo apresentar de acordo com o modelo de demonstração financeira aprovado, informação sobre pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

Para além da obrigatoriedade de prestação de contas definida pelos Estatutos das IPSS e de acordo com as exigências e modelos definidos pelo SNC, as IPSS, que nessa qualidade estão

registadas na Segurança Social, devem ainda prestar a esta um conjunto de informações de natureza financeira.

A Deliberação 109/2013, (ISS, 2013) define as regras de apresentação de contas anuais das IPSS à Segurança Social: Ata de Aprovação de Contas; Parecer do Conselho Fiscal; Certificação Legal de Contas (quando aplicável); Balancete Analítico de Encerramento de Exercício; Balancete Analítico imediatamente anterior ao Encerramento de Exercício; Mapa de Controlo de Subsídios para Investimento; e Mapa de trabalho voluntário (facultativo), para além das demonstrações financeiras aprovadas segundo o SNC.

1.3 – Os websites como meio de difusão de informação Institucional

No ponto 2 dos Estatutos das IPSS, é referido que a prestação de contas deve ser publicitada obrigatoriamente, no sítio institucional eletrónico da Instituição, até 31 de maio do ano seguinte a que respeita.

Neste sentido, esta última exigência implica que as IPSS devam deter um site na internet, onde divulguem as suas contas, a partir do ano de 2015. Esta obrigatoriedade vai ao encontro das exigências de acesso à informação, por parte dos diferentes *stakeholders*, e contribui para uma maior monitorização, transparência e responsabilização destas entidades.

Saxton, Kuo e Ho (2011) descrevem as práticas de *accountability* das ESNL baseadas no uso da Web, como qualquer reporte on-line, feedback e/ou a contribuição e mecanismos de compromisso para com os *stakeholders*, que sirvam para demonstrar ou promover a “*accountability*”.

Igual e García-Martínez (2004) debatiam o uso Internet pelas entidades da economia social e defendiam que as novas tecnologias eram um recurso com forte potencial democrático e muito útil para a gestão e eficácia destas entidades.

Lee e Blouin (2017) defendem que as entidades que utilizarem a internet para inovar e comunicar eficientemente, tenderão a crescer e prosperar, enquanto que as que se recusarem a adaptá-la, entrarão em declínio e deixarão de existir.

Para Gandía (2009), a decisão de uma ESNL em deter uma página na internet, bem como as decisões sobre a sua estrutura, conteúdos e funcionalidades que incorpora, são condicionadas pelas suas infraestruturas técnicas, económicas e sociais e, especialmente, pela estratégia de comunicação e gestão da informação que cada entidade estabelece divulgar.

Assim, baseando-se na literatura existente, Gandía (2009) refere que a decisão das ESNL na preparação da sua página na internet, pode ter três níveis ou adota uma das seguintes estratégias:

- “*The ornamental Web presence*” – o uso da internet tem como objetivo principal a promoção, de informação de natureza geral (ex.: missão e visão, atividades, notícias, etc.), sendo que não segue objetivos definidos, mas essencialmente, reflete o desejo de marcar presença na internet, muitas vezes para imitar práticas de outras ESNL;
- “*The informational Web presence*” - a página na internet é usada como uma ferramenta para aumentar a transparência para com os seus *stakeholders*, através de informações económicas, financeiras e de *governance*;
- “*The relational Web presence*” - as ESNL usam as suas páginas de *internet* como portais de serviços para os *stakeholders*, como por exemplo, para permitir a recolha de donativos, o recrutamento de voluntários ou mediante a criação de áreas de acesso exclusivas de comunicação para membros;

Estudos mais recentes começam a debruçar-se, igualmente, sobre a forma como as ESNL comunicam com os seus *stakeholders* através das redes sociais, apresentando-se estas como um “novo” meio de comunicação de “duas vias”, ou seja, que permite a comunicação de e para com o *stakeholder* de forma mais interativa.

1.4 – A avaliação da informação nos websites

Decorrente do exposto nos pontos anteriores, a avaliação da informação prestada pelas entidades, sejam elas quais forem, empresas, ONG, IPSS ou outras, assume uma importância para aferir o nível de transparência e de *accountability* destas entidades.

Neste sentido vários estudos debruçaram-se sobre a análise e quantificação da informação *on-line*, dando origem à construção de índices para mensuração do grau de divulgação:

- Nos trabalhos desenvolvidos por Gandía (2001) e AECA (2002), a divulgação de informação financeira na era digital reconhecem a *internet* como um veículo para a sua difusão, num espaço de comunicação universal, especialmente, dirigido para as empresas e subdividido entre empresas cotadas e pequenas e médias empresas, sendo que a avaliação do *site* tem em conta três aspetos: conteúdos (informação sobre o negócio e informação financeira, com 12 e 9 itens, respetivamente, para as empresas cotadas e, 6 e 6 itens, respetivamente, para pequenas e médias empresas), navegabilidade (com 7 itens para as empresas cotadas e 4 itens para pequenas e médias empresas) e desenho e acessibilidade da página (com 11 itens, para qualquer tipo de entidade).

Adicionalmente, os autores recomendam um mínimo de pontuação a atingir, que é resultado da verificação dos diversos itens observados nos *sites* das empresas, consoante a dimensão e natureza, conforme Quadro nº 1.

Quadro nº 1 - Pontuações Recomendáveis

	Conteúdos		Navegabilidade	Desenho e Acessib.	Total
	Inf. s/ Neg.	Inf. Financ.			
Empresas Grandes e Cotadas	5	6	4	6	21
Pequenas e Médias Empresas	2	3	2	4	11

Fonte: AECA (2002): Código de Buenas Prácticas para la Divulgación de Información Financiera en Internet, Documento 1, Nuevas Tecnologías y Contabilidad, AECA, p. 47.

- Os princípios de transparência e boas práticas da *Fundación Lealtad* (2009) - princípios de funcionamento e regulação do órgão de governo, clareza e publicidade do fim social, planeamento e atividade, transparência e financiamento, pluralidade do financiamento, controlo na utilização de fundos, apresentação de contas e cumprimento das obrigações

legais, comunicação e imagem fiel da informação e promoção do voluntariado – e do Código de *Conducta elaborado pela Coordinadora para el desarrollo CONGDE*, com um guia de desempenho para a avaliação da transparência, suportado em 76 indicadores agrupados em dois grupos:

- transparência - com 26 indicadores, que se dividem em três blocos: informação de índole organizacional (dirigentes e sua formação e apoios, nomeadamente, sócios, voluntários, pessoal contratado, financiadores, localização da sede e delegações e federações a que pertence); informação relativa à missão, visão e valores organizacionais; e informação sobre atividade e de natureza financeira (com especial destaque para as contas anuais auditadas do último período e dos últimos três períodos);
- *bom governo* – com 50 indicadores relativos à composição e funcionamento dos órgãos de governo, à política de recursos humanos, às relações formais com sócios locais, aos aspetos relativos à responsabilidade social, ao planeamento e à avaliação das atividades desenvolvidas;
- Os fatores de informação dos mecanismos de autorregulação na análise da transparência *online* das ONG espanholas, promovida por Caba Pérez *et al.* (2011), os quais recorreram aos trabalhos desenvolvidos pela *Fundación Lealtad y Coordinadora para el desarrollo CONGDE*, de que resultaram três fatores de transparência online: organizativa (com 18 itens), de atividades realizadas (com 10 itens) e económica (com 9 itens).

2 - ESTUDO EMPÍRICO

2.1 – População

A nossa população alvo é as IPSS que constavam do *site* da Segurança Social (<http://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=11899703>, em 6 de abril de 2019), para prosseguirem os seus objetivos.

Uma vez que o nosso estudo é exploratório, entendemos restringir a nossa análise, apenas, às IPSS do par distrito/concelho de Setúbal, por ser uma região considerada vulnerável às crises económicas e por corresponder à filiação profissional dos autores do presente estudo.

Deste modo, a população objeto do presente estudo compreende todas as IPSS que estão registadas na *página web* da Segurança Social e cuja sua sede se encontra identificada pelo par distrito/concelho – Setúbal/Setúbal – e que são 47 entidades.

2.2 - Metodologia

Para alcançar os objetivos delineados adotaram-se os seguintes passos:

1 – Procedeu-se à identificação das IPSS registadas no site da Segurança Social, a 6 de abril de 2019, a partir do seguinte endereço - <http://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=11899703>;

2 – Tendo por base a literatura sobre a divulgação de informação financeira e não financeira nas *páginas web* por parte de entidades, elaborou-se um índice ou grelha tendente à sua avaliação;

3 – Consultou-se as *páginas web* dessas IPSS, com recurso ao motor de busca *Google*, a partir de - <https://www.google.pt> - entre os dias 8 a 12 de abril de 2019;

4 – Aplicou-se o índice ou grelha proposto de modo a avaliar o uso que as IPSS fazem da *internet*, relativamente, à difusão da informação financeira e não financeira constante nas suas *páginas web*.

Relativamente à construção do índice, e tendo por base o exposto na revisão de literatura, elaborámos duas grelhas de avaliação, que correspondem ao grau de divulgação de informação nos *websites* das IPSS, os quais dependem do tipo de prestação de contas a que as IPSS portuguesas estão sujeitas (Anexos I e II), e que estão suportados em cinco perspetivas:

- Institucional – com 11 itens que respeitam a informação geral sobre a instituição;
- Atividades ou Projetos – com 5 itens respeitantes aos projetos desenvolvidos ou em curso;

- Financeira – elementos de cariz financeiro, que se desdobra em regime de contabilidade (com 14 itens, Anexo I) e regime de caixa (com 6 itens, Anexo II);
- Navegabilidade – com 8 itens que se relacionam com a política do próprio *site*;
- Desenho-Acessibilidade – com 5 itens sobre aspetos de estrutura, imagens e contactos.

Em síntese, o grau de divulgação da informação nos *websites* pelas IPSS pode ser obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Grau de Divulgação} = \frac{\sum \text{PI} + \sum \text{PA} + \sum \text{PF} + \sum \text{PN} + \sum \text{PDA}}{N}$$

Onde: PI - Perspetiva Institucional; PA - Perspetiva Atividades; PF - Perspetiva Financeira; PN - Perspetiva Navegabilidade; PDA - Perspetiva Desenho-Acessibilidade; e N - corresponde ao total de observações possíveis (43 se a entidade está enquadrada no regime de contabilidade ou 35 se está sujeita ao regime de caixa).

Adicionalmente recolhemos um conjunto de informações preliminares de modo a enquadrar o nosso estudo que passaram por caraterizar: a existência e o tipo de *página web* (própria ou alojada em outro domínio), a presença nas redes sociais (designadamente, *facebook*, *instagram*, *twitter*, *linkedin* ou outras), o regime contabilístico aplicável (de contabilidade ou de caixa), o *site* onde disponibilizam a informação financeira (da própria instituição ou de terceiros) e a forma jurídica da entidade (associação de solidariedade social, associação mutualista, fundação de solidariedade social, irmandades de misericórdia, instituto de ordens religiosas e centro social paroquial).

2.3 – Apresentação e Discussão dos Resultados

2.3.1 – Aspetos Preliminares

A forma jurídica das IPSS no concelho de Setúbal é, predominante, associação de solidariedade social (com 37 casos, que representam 79%) seguindo-se os centros sociais paroquiais (com 5 casos, 11%), os institutos de organização religiosa (com 3 casos, 6%) e, finalmente, as irmandades de misericórdias (com 2 casos, 4%).

A maioria das IPSS (22, que representam 47% do total da população) dispõe de *site* próprio, contra 15 (32%) que não dispõem de *página web* e existem, ainda, 10 IPSS (21%) que têm *site* alojado noutra domínio que não o da própria Instituição.

A presença das IPSS na internet é substancialmente superior aos resultados alcançados num estudo similar de Ferreira *et al* (2016), ainda que as amostras não sejam as mesmas, mas poderá ser um indício da adoção desse instrumento.

Constatámos, também, a presença destas IPSS nas redes sociais, tendo-se apurado que o *Facebook* domina (com 32 IPSS a marcarem presença, que equivale a 71%), contra 4 presenças (9%) no *Twitter* e outros (designadamente o *Youtube* e *Google+*), 3 presenças (7%) no *Instagram* e 2 presenças (4%) no *Linkedin*.

Independentemente do referido no parágrafo anterior, várias IPSS recorrem a mais de que uma rede social para mostrar a sua presença e interação, sendo que o Quadro nº 1 evidencia as várias combinações existentes. Quadro nº 1 – Presença nas Redes Sociais

	Frequência	%
Não está presente nas redes sociais	15	31,9
Facebook	24	51,1
Facebook e Twitter	1	2,1
Facebook e LinkedIn	1	2,1
Facebook e Outro	2	4,3
Facebook, Instagram e Twitter	1	2,1
Facebook, Twitter e Outras	1	2,1
Facebook, Instagram, Twitter e Outras	1	2,1
Facebook, Instagram, LinkedIn e Outras	1	2,1
Total	47	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Constatámos que existem 4 IPSS que apesar de não disporem de *website*, marcam presença nas redes sociais, designadamente no *Facebook*.

Relativamente ao regime contabilístico adotado, verificou-se que 26 IPSS (55%) indicam, indiretamente, que se enquadram no regime de contabilidade e nenhuma IPSS está sujeita ao regime de caixa.

As IPSS que não disponibilizam informação financeira na *internet* são 21 (45%), sendo que as restantes 26 IPSS se pode aceder a essa informação a partir de: próprio site da Instituição em 19 casos (40%), ou com o recurso ao *site* de terceiros (7 casos, 15%).

2.3.2 – Nível de Divulgação da Informação nos *Websites* das IPSS

O grau de divulgação é a relação entre a pontuação obtida em todos os itens e a pontuação máxima, sendo que no presente estudo se situa nos 26% face às instituições que divulgam informação, ou 18% se atendermos ao universo.

Porém, podemos desagregar esse grau nas suas cinco componentes, o que significa que corresponde à relação entre a média obtida em todos os itens de cada perspetiva e a pontuação máxima na respetiva perspetiva, donde se constatou que a apresenta maior grau de divulgação é a desenho-acessibilidade (47%), seguida das atividades/projetos (33%), financeira (24%), institucional (23%) e navegabilidade (17%), conforme está evidenciado no Quadro nº 3.

Quadro nº 3 – Grau de divulgação de informação das IPSS, por perspetiva

Perspetivas de Avaliação		Pontuação Máxima	47 IPSS			32 IPSS		
			Média	Desvio	Grau	Média Ajustada	Desvio	Grau Divulgação Ajustado
				Padrão	Divulgação		Padrão	
A	Perspetiva Institucional	11	1,70	2,05	15%	2,50	2,05	23%
B	Perspetiva das Atividades/Projetos	5	1,13	1,33	23%	1,66	1,31	33%
C	Perspetiva Financeira	14	2,26	2,91	16%	3,31	2,99	24%
D	Perspetiva Navegabilidade	8	0,94	1,19	12%	1,38	1,22	17%
E	Perspetiva Desenho-Acessibilidade	5	1,60	1,59	32%	2,34	1,41	47%
TOTAL		43	7,62	7,54	18%	11,19	6,60	26%

Fonte: Elaboração própria.

Notas: 47 IPSS, corresponde ao total das IPSS do concelho de Setúbal objeto de análise; 32 IPSS respeita às instituições que dispõem de *website* (próprio/terceiros) e disponibilizam informação.

As médias de cumprimento mais elevadas registam-se nas perspetivas financeira, institucional e desenho-acessibilidade que, igualmente, apresentam um maior desvio padrão, o que significa uma maior disparidade no cumprimento dos itens em estudo.

As cinco pontuações mais elevadas respeitam a seis IPSS, as quais estão identificadas no Quadro nº 4, sendo que a obteve melhor pontuação tem um grau de divulgação de 63%, ainda que os resultados não sejam homogéneos nas diferentes perspetivas.

Quadro nº 4 – Pontuação das cinco IPSS melhor pontuadas

IPSS \ Perspetivas de Avaliação	Institucional	Atividades / Projetos	Inf. Financeira	Navegabilidade	D-Acessibilidade	Total de Pontuação	Grau Divulgação
APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	6	4	10	4	3	27	63%
Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	4	4	8	2	4	22	51%
UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	6	3	6	4	3	22	51%
Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	8	4	4	2	3	21	49%
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	1	2	11	1	3	18	42%
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	5	2	7	1	3	18	42%

Fonte: Elaboração própria.

Numa análise detalhada, nem sempre as mesmas IPSS surgem melhor pontuadas em cada uma das perspetivas avaliativas, sendo que a APPDA-Setúbal surge referida em quatro perspetivas e a UDIPSS e a Inovar Autismo, surgem referidas em três perspetivas.

Relativamente à primeira perspetiva – Institucional – as IPSS que obtiveram melhor pontuação foram as constantes do Quadro nº 5, que divulgam 73% e 55% dos itens objeto de análise nessa dimensão.

Quadro nº 5 – Perspetiva Institucional – IPSS com pontuações mais elevadas

IPSS - Concelho de Setúbal	Pontuação obtida	% de divulgação da perspetiva
Associação Cristã da Mocidade de Setúbal - YMCA	8	73%
UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	6	55%
APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	6	55%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à segunda perspetiva – Atividades/Projetos - as IPSS que obtiveram um maior número de pontos foram as constantes do Quadro nº 6, que divulgam 80% dos itens objeto de análise nessa dimensão. Quadro nº 6 – Perspetiva Atividades/Projetos – IPSS melhores pontuações

IPSS - Concelho de Setúbal	Pontuação obtida	% de divulgação da perspetiva
Associação Cristã da Mocidade de Setúbal - YMCA	4	80%
Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	4	80%
APPDA-Setúbal-Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	4	80%
Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	4	80%

Fonte: Elaboração própria.

Já no que respeita à terceira perspetiva – Informação Financeira – as IPSS melhor pontuadas estão identificadas no Quadro nº 7, as quais divulgam entre 79% e 43% dos itens objeto de análise nessa dimensão.

Quadro nº 7 – Perspetiva Financeira – IPSS com pontuações mais elevadas

IPSS - Concelho de Setúbal	Pontuação obtida	% de divulgação da perspetiva
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	11	79%
APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	10	71%
Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	8	57%
Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	8	57%
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	7	50%
UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	6	43%

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne à quarta perspetiva – Navegabilidade - as IPSS que obtiveram mais pontos constam do Quadro nº 8, as quais divulgam entre 50% e 38% dos itens objeto de análise nessa dimensão.

Quadro nº 8 – Perspetiva Navegabilidade – IPSS com pontuações mais elevadas

IPSS - Concelho de Setúbal	Pontuação obtida	% de divulgação da perspetiva
APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	4	50%
UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	4	50%
Casa de Santa Ana	3	38%
Centro Jovem Tabor	3	38%
Cáritas Diocesana de Setúbal	3	38%

Fonte: Elaboração própria.

A quinta e última perspetiva – Desenho e Acessibilidade - as IPSS que obtiveram um maior número de pontos foram as constantes do Quadro nº 9, que divulgam 80% e 60% dos itens objeto de análise nessa dimensão.

As IPSS, na sua grande maioria, ainda não aproveitam a internet como canal de divulgação da instituição em todas as suas dimensões, o que está em sintonia com as conclusões dos estudos de Gandía (2009) e de Ferreira et al (2016), ou seja, o nível de divulgação da governança e da

informação financeira digital é reduzido, pelo que tem um grande espaço de progressão para os próximos anos.

Quadro nº 9 – Perspetiva Desenho-Acessibilidade – IPSS com pontuações mais elevadas

IPSS - Concelho de Setúbal	Pontuação obtida	% de divulgação da perspetiva
Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	4	80%
Cáritas Diocesana de Setúbal	4	80%
Liga Amigos Hospital Ortopédico Santiago do Outão	4	80%
Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	4	80%
19 IPSS	3	60%

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ESNL assumem um papel fundamental na economia, seja pela dimensão do setor, seja pela área de intervenção como uma extensão do papel do Estado.

Para desenvolverem as suas atividades de cariz social, estas entidades necessitam de recursos, sendo em parte subsidiadas pelo Estado ou dependentes de doações privadas. Este enquadramento faz com que estas entidades devam ter um nível de transparência e de prestação de contas para com os seus *stakeholders*.

Assim, a utilização de *websites* pode constituir um importante veículo de *accountability* e de cumprimento de divulgação de informação à comunidade e assume uma natureza obrigatória.

Tendo por base a revisão de literatura foi criado um índice de avaliação da informação disponibilizada pelas IPSS, através dos seus *websites*, e os resultados mostram que no concelho de Setúbal predominam as associações de solidariedade social (79% do universo), sendo que a maioria dispõe de *página web* própria ou alojada em outro domínio e recorrem, igualmente, às redes sociais, com particular destaque para o *Facebook*, sendo que 55% das IPSS estudadas disponibiliza informação financeira no seu *site* ou de terceiros, apesar da exigência legal.

O grau de divulgação de informação por parte das IPSS é de 26%, considerando aquelas que estão presentes na *internet*, sendo que essa percentagem oscila entre 47% na perspetiva de

desenho-acessibilidade e 17% na perspetiva de navegabilidade. A perspetiva financeira apresenta um grau de divulgação de 24%.

Registámos, apenas, três IPSS com um grau de divulgação superior a 50%, ainda que, não sejam sempre as mesmas instituições melhor pontuadas nas cinco perspetivas em análise. A perspetiva de desenho-acessibilidade foi aquela em que se verificou um maior grau de cumprimento e um maior número de IPSS a atingi-lo.

Concluimos que, no que respeita à difusão da informação financeira e não financeira, as IPSS do concelho de Setúbal têm, ainda, um longo caminho a percorrer em prol de uma maior transparência e *accountability*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AECA (2002): Código de Buenas Prácticas para la Divulgación de Información Financiera en Internet, Documento 1, Nuevas Tecnologías y Contabilidad, AECA.
- Basri, Hasan e A.K. Siti-Nabiha (2010). Views on the Issue of Accountability in Non-Profit Organizations. *Malaysian Management Journal* 14, pp. 49–60.
- Behn, Bruce, Delwyn DeVries e Jing Lin (2007). Voluntary Disclosure in Nonprofit Organizations: An Exploratory Study. *SSRN Electronic Journal*, February 2007. DOI: 10.2139/ssrn.727363
- Behn, Bruce, Delwyn DeVries e Jing Lin (2010). The Determinants of Transparency in Nonprofit Organizations: An Exploratory Study. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting* 26, pp. 6-12.
- Caba Pérez, M^a, Gálvez Rodríguez, M^a e López Godoy, Manuel (2011): Buenas Prácticas y Divulgación de Información en las ONG, XXI Jornadas Hispanolusas de Gestión Científica, Córdoba.
- Carboni, J.L. and S. P. Maxwell. (2015). Effective Social Media Engagement for Nonprofits: What Matters? *Journal of Public and Nonprofit Affairs* 1(1), pp. 18-28.
- Correia, José Alfredo (2011). Os Sistemas de Financiamento das IPSS e a sua Relação com o Estado Providência em Portugal. Tese de Doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, dezembro 2011.
- Ferreira, Augusta *et al* (2016): Avaliação da Presença na Internet das IPSS Portuguesas, Estudos do ISCA, Série IV, nº 14.
- Gandía, Juan (2009): Internet Disclosure by Nonprofit Organizations: Empirical Evidence of Nongovernmental Organizations for Development in Spain, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Sage.
- Gandía, Juan (2001): La Divulgación de Información Financiera en la Era Digital, *Comunicaciones AECA*.
- Igual, Juan e Gabriel García-Martínez (2004). La Economía Social y la Nueva Sociedad de la Información. *Mediterráneo Económico* 6, outubro 2004.
- ISS (2013): Deliberação do Conselho Diretivo, Regras de apresentação de contas das IPSS à Segurança Social.
- Lee, Roderick e Blouin, Marie (2017): Factors Affecting web disclosure adoption in the Nonprofit Sector, *Journal of Computer Information Systems*, 26, sept.
- Marques, Lúcia, Fátima David e Ana Pereira (2015). Entidades do Setor Não Lucrativo: Abordagem Contabilística. Atas das XXV Jornadas Hispano Lusitas de
- Santos, José, José Raimundo e Rui Lima (2015). Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL e Fiscalidade). Manual de Formação, Ordem dos Contabilistas Certificados, outubro de 2015.
- Saxton, Gregory, Jenn-Shyong Kuo e Yi-Cheng Ho (2011). The Determinants of Voluntary Financial Disclosure by Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41 (6), pp. 1051-1071.

ANEXO I - Entidades enquadradas no regime de contabilidade			
A	Perspetiva Institucional		11
A1	-	Missão, Visão e Valores	1
A2	-	Origem e Evolução histórica	1
A3	-	Plano estratégico ou anual	1
A4	-	Estatutos	1
A5	-	Organigrama da entidade	1
A6	-	Composição dos Membros dos Órgãos de Governo - Direção/C.Fiscal	1
A7	-	Remuneração e Gastos dos Membros dos Órgãos de Direção/C.Fiscal	1
A8	-	Percurso/Cvtae dos Membros dos Órgão de Governo	1
A9	-	Apresenta informação social	
-	A9a	Trabalhadores e Dinâmica Interna	1
-	A9b	Ambiental	1
-	A9c	Outras: Sócios, Voluntários e Parceiros	1
B	Perspetiva das Atividades/Projetos		5
B1	-	Atividades/projetos desenvolvidos e em curso	1
B2	-	Identificação dos Responsáveis pelas diversas atividades/projetos	1
B3	-	Relatórios Finais de atividades/projetos	1
B4	-	Notícias sobre acontecimentos relevantes	1
B5	-	Parcerias nas atividades/projetos	1
C	Perspetiva Financeira		
C1	Enquadrado no Regime de Contabilidade Organizada		14
C1.1	-	Apresenta Orçamento	1
C1.2	-	Apresenta Relatório Global de prestação de contas do último período	1
C1.3	-	A Informação Financeira do último período é composta por:	
-	3a	Relatório de Atividades / Gestão	1
-	3b	Balanço (B)	1
-	3c	Demonstração de Resultados por natureza (DRn)	1
-	3d	Demonstração de Fluxos de Caixa (DFCx)	1
-	3e	Anexo (A)	1
-	3f	Demonstração de Resultados por funções (DRf)/ Dem p/ Valências	1
-	3g	Alteração do Fundo Patrimonial	1
-	3h	Ata Aprovação das Contas (da Direção)	1
-	3i	Ata do Conselho Fiscal	1
-	3j	Certificação Legal de Contas	1
-	3k	Outros: Balancete / ...	1
C1.4	-	Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos	1
D	Perspetiva Navegabilidade		8
D1	-	A informação financeira está identificada:	
-	D1a	Em capítulo próprio	2
-	D1b	Em subcapítulo	1
-	D1c	Não está claramente identificada	0
D2	-	A designação do Capítulo/Subcap. s/ inf.financ é apropriada	1
D3	-	Pode aceder-se às informações em outras línguas	1
D4	-	Inclui data da última atualização ou política de atualização do site	1
D5	-	Dispõe de links para: Supervisores ou Federações (S.Social/CNIS/UDIPSS)	1
D6	-	Dispõe de links para outras entidades	1
D7	-	Dispõe de links para a imprensa sobre notícias da entidade	1
E	Perspetiva Desenho-Acessibilidade		5
E1	-	Site: Mapa ou índice	1
E2	-	Inclui gráficos e imagens para apresentar a entidade	1
E3	-	Indicação de correio eletrónico da entidade	1
E4	-	Indicação de direção e contactos	1
E5	-	Informação sobre a base territorial (sede e delegações)	1

ANEXO II - Entidades enquadradas no regime de caixa			
A		Perspetiva Institucional	11
A1	-	Missão, Visão e Valores	1
A2	-	Origem e Evolução histórica	1
A3	-	Plano estratégico ou anual	1
A4	-	Estatutos	1
A5	-	Organigrama da entidade	1
A6	-	Composição dos Membros dos Órgãos de Governo - Direção/C.Fiscal	1
A7	-	Remuneração e Gastos dos Membros dos Órgãos de Direção/C.Fiscal	1
A8	-	Percurso/Cvtae dos Membros dos Órgão de Governo	1
A9	-	Apresenta informação social	
	A9a	Trabalhadores e Dinâmica Interna	1
	A9b	Ambiental	1
	A9c	Outras: Sócios, Voluntários e Parceiros	1
B		Perspetiva das Atividades/Projetos	5
B1	-	Atividades/projetos desenvolvidos e em curso	1
B2	-	Identificação dos Responsáveis pelas diversas atividades/projetos	1
B3	-	Relatórios Finais de atividades/projetos	1
B4	-	Notícias sobre acontecimentos relevantes	1
B5	-	Parcerias nas atividades/projetos	1
C		Perspetiva Financeira	
C2		Enquadrado no Regime Contabilístico de Caixa	6
C2.1	-	Apresenta Orçamento	1
C2.2	-	Apresenta Relatório Global de prestação de contas do último período	1
C2.3	-	A Informação Financeira do último período é composta por:	
	- 3a	Mapa de Pagamentos / Recebimentos	1
	- 3b	Mapa do Património Fixo	1
	- 3c	Mapa de Direitos e Compromissos Futuros	1
C2.4	-	Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos	1
D		Perspetiva Navegabilidade	8
D1	-	A informação financeira está identificada:	
	- D1a	Em capítulo próprio	2
	- D1b	Em subcapítulo	1
	- D1c	Não está claramente identificada	0
D2	-	A designação do Capítulo/Subcap. s/ inf.financ é apropriada	1
D3	-	Pode aceder-se às informações em outras línguas	1
D4	-	Inclui data da última atualização ou política de atualização do site	1
D5	-	Dispõe de links para: Supervisores ou Federações (S.Social/CNIS/UDIPSS)	1
D6	-	Dispõe de links para outras entidades	1
D7	-	Dispõe de links para a imprensa sobre notícias da entidade	1
E		Perspetiva Desenho-Acessibilidade	5
E1	-	Site: Mapa ou índice	1
E2	-	Inclui gráficos e imagens para apresentar a entidade	1
E3	-	Indicação de correio eletrónico da entidade	1
E4	-	Indicação de direção e contactos	1
E5	-	Informação sobre a base territorial (sede e delegações)	1